

1 *Aprovada na reunião plenária do CBH-Doce, realizada em 21/12/2023*

2 **ATA – 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-DOCE**

3 No dia 31 de outubro de 2023, às 14 horas, foi realizada de forma telepresencial,
4 a 58ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-
5 Doce. Primeiramente, a analista administrativa da AGEDOCE, Juliana Vilela,
6 cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Passou, depois, a palavra ao
7 presidente do Comitê, Flaminio Guerra Guimarães, que cumprimentou e
8 agradeceu a participação de todos, dando início às atividades. Na sequência, foi
9 realizada chamada nominal para verificação de quórum, o qual foi confirmado com
10 a presença de 25 (vinte e cinco) conselheiros votantes. Após a confirmação de
11 quórum, a palavra foi devolvida ao presidente, para os informes da Diretoria
12 Executiva do CBH-Doce. O primeiro assunto mencionado foi a tramitação do
13 Enquadramento aprovado pelo CBH-Doce, no qual se informou que em conversa
14 com o secretário de Segurança Hídrica Regional, Josepe Serra Vieira, no evento
15 “Desenvolver o Vale Rio Doce”, que a validação da proposta se Enquadramento
16 se dará por “*ad referendum*”, considerando que o Conselho Nacional de Recursos
17 Hídricos (CNRH) ainda não foi reestruturado. Passou-se, então, a palavra ao
18 coordenador de Instâncias Colegiadas do SINGREH, Luiz Henrique Pinheiro
19 Silva. Foi justificada a ausências dos membros do Ministério do Desenvolvimento
20 Regional (MDR) por estarem em outro evento. Logo após, o coordenador
21 ressaltou a importância da aprovação do Enquadramento da Bacia do Rio Doce
22 não só para a região, como também para todo o sistema, uma vez que a bacia
23 será a primeira de corpos estaduais e federais a aprovar todos os instrumentos
24 de gestão de recursos hídricos. Retornou-se a palavra ao Sr. presidente, que
25 colocou como próximo assunto o Encontro de Integração. Justificou-se que devido
26 a diversos fatores o encontro foi adiado para o primeiro semestre de 2024. Em
27 seguida, trouxe o tema de repactuação do acordo de Mariana e da importância da
28 aplicação dos recursos dentro da bacia. O conselheiro Senisi Rocha fez um breve
29 comentário sobre a reunião realizada na Assembleia Legislativa, comentando
30 sobre a importância dela. Retomada a palavra pelo Sr. presidente, foi levantada a
31 questão da privatização do SAAE. Comentou-se sobre os valores de dívidas da
32 entidade para com o CBH-Doce, no no que se refere à cobrança pelo uso da água.
33 Questionou se a responsabilidade do pagamento destes valores será repassada
34 para o futuro mandatário dos serviços de água e esgoto de Governador Valadares.
35 O conselheiro Albino Campos solicitou a palavra e questionou se outros usuários



36 também teriam dívidas para com os demais CBH's e o dimensionamento destas.
37 Sobre este assunto, o Sr. presidente Flaminio disse não poder ter maiores
38 informações devido a um ataque de hackers ao sistema da ANA. A analista
39 administrativa Juliana deu sequência à próxima pauta da reunião, passando a
40 palavra ao Sr. Senisi para falar sobre o Fórum Nacional de Comitês. O conselheiro
41 resumiu os eventos realizados na agenda de 2023 e enumerou as principais
42 pautas discutidas nestes eventos. Uma vez que não houve dúvidas e observações
43 desse assunto, a representante da AGEDoce prosseguiu com a reunião passando
44 para a primeira pauta deliberativa, que se trata da aprovação da ata da 57ª
45 Reunião Extraordinária do CBH-Doce. Dispensada a leitura da ata, o documento
46 foi aprovado sem objeções, apenas com duas abstenções dos conselheiros que
47 não estiveram presentes na reunião. Em sequência, foram passados os informes
48 sobre o processo de revisão do PAP-Doce, sendo a palavra dada ao diretor-
49 presidente da AGEDoce, André Marques. O Sr. Diretor parabenizou pela
50 aprovação do Enquadramento da Bacia do Rio Doce e apresentou oficialmente o
51 Sr. Alex como novo assessor da AGEDoce. A palavra foi passada para ele, que
52 apresentou os demais colegas da Escola de Projetos presentes na reunião. Logo
53 após, iniciou a apresentação dos Informes sobre os Andamentos das Ações
54 Executadas pela AGEDoce. Ressaltou o fato de a Bacia do Rio Doce ser a
55 primeira que contempla os 5 instrumentos de gestão de recursos hídricos.
56 Mencionou, depois, sobre as atualizações do Plano Integrado de Recursos
57 Hídricos e sobre as agendas, contabilizando 17 programas, 24 subprogramas e
58 67 ações. Após, apresentou e descreveu a Escola de Projetos. Iniciando a
59 apresentação dos programas, o Sr. Alex citou o Programa de Segurança Hídrica
60 e Eventos Críticos, que tem como propósito a intervenção direta nos mananciais
61 de captação para abastecimento público e Sistemas de Reservação. Onze
62 municípios foram contemplados para receber os projetos do programa. Na agenda
63 de Eventos Críticos, citou o Programa de Convivência com as Cheias, que foi
64 detalhado pelo assessor e técnico da AGEDoce. Dando sequência, foi explicada
65 outra parte da agenda, sobre as Ações no Setor de Saneamento e a iniciativa
66 PROTRATAR. Foram apresentados os projetos e enumerados, sendo 49
67 municípios contemplados em projetos de esgoto e 14 em projetos de água. Na
68 sequência, foi apresentada a parte de obras do PROTRATAR. Na oportunidade
69 foram explicitados os valores de investimento nos CBHs. Sobre o Programa de
70 Redução de Perdas, foram apresentados 5 municípios aos quais serão
71 direcionados o investimento de R\$ 5,25 milhões. Já sobre a iniciativa Rio Vivo,



72 explicou-se sobre a atualização da nomenclatura do programa, deixando de fazer
73 parte de 3 programas antigos do PIRH e passando a ser somente o Programa 16
74 na sua versão atual. Foi explicada também a estratégia de implantação dos
75 programas, dividindo a bacia em 7 lotes, entre 71 municípios. Essa estratégia
76 segue o modelo de gestão PDCA, do inglês *Plan* (planejar), *Do* (fazer), *Check*
77 (cheçar) e *Act* (atuar). Sequencialmente, foi observado pelo Diretor-Presidente,
78 André Marques, a implementação dos dados geotécnicos das nascentes e
79 disponibilizados no portal SIGA. Palavra repassada ao Presidente do CBH-Doce,
80 que informou que o sistema de alerta de cheias do Rio-Doce será implementado
81 no dia 06 de novembro e que os boletins diários serão publicados os sites dos
82 CBHs. Na sequência, a palavra foi passada ao engenheiro Bruno Resende, da
83 Escola de Projetos, que passou um informativo sobre o quantitativo de nascentes
84 recuperadas até o momento. Já sobre a execução do PAP-Doce 2023, o assessor
85 Alex enalteceu a atuação simultânea da AGEDoce em 134 municípios e que
86 alguns destes chegam até a receber mais de uma ação ao mesmo tempo. Foi
87 apresentado também o histórico de desembolso e o programa de segurança
88 hídrica. Foram apresentadas, ainda, as maiores dificuldades de implementação
89 dos programas e as lições aprendidas, além de planos de ação para adequação
90 dessas dificuldades. Encerradas as apresentações do assessor, a conselheira
91 Dolores Colle tomou a palavra demonstrando dúvidas em relação ao andamento
92 dos projetos do estado de Espírito Santo. Dúvidas essas que foram dirimidas pelo
93 engenheiro Bruno, que explicou que a agência delegatária não havia conseguido
94 contratar mão de obra para início dos projetos nos municípios do Espírito Santo
95 que compõem a bacia. Porém, um novo edital foi lançado com previsão de
96 contratação de nova empresa para execução dos projetos, que atuará de forma
97 simultânea nos 4 municípios. O conselheiro Lucas Costa, do DAE-JM, pediu a
98 palavra e questionou sobre a alteração do cronograma do Protratar, dilatando o
99 prazo final de envio de documentos. O assessor Alex respondeu justificando que
100 o objetivo é a sincronização da assinatura dos contratos dos projetos com o de
101 obras. Justificou, também, o novo prazo por solicitação dos municípios para
102 preenchimento das informações para elaboração dos orçamentos. O conselheiro
103 Senisi Rocha pediu a palavra e compartilhou sobre a sua dúvida com relação ao
104 “teto” estabelecido de provisão para um projeto de um município. O engenheiro
105 Adriano Batista, da Escola de Projetos, explicou que o motivo deste limite
106 estabelecido se deve à demanda alta de recursos hídricos com altos níveis de
107 perda na bacia do Rio Doce. A ideia é que mais municípios sejam beneficiados.



108 O assessor da filial AGEDoce falou sobre a necessidade de uma nova revisão do
109 PAP para o próximo biênio (2024 e 2025). A analista administrativa, Juliana Vilela,
110 explicou a dinâmica da tramitação para a aprovação desse novo plano. Ela
111 explicou que o tramite está na etapa de produção da minuta, que posteriormente
112 será submetida à avaliação das câmaras técnicas competentes (CTIL e CTIL) e ao
113 plenário do CBH-Doce. O Sr. Assessor da AGEDoce, Alex Cardoso, apresentou,
114 na sequência, o novo PAC mostrando os municípios elegíveis para cada um dos
115 eixos do programa. O Sr. diretor-presidente complementou dizendo que
116 dificilmente alguns municípios conseguiriam solicitar recursos até a data limite
117 para o exercício de 2023, porém haverá novas oportunidades nos anos seguintes.
118 O conselheiro Chiquinho de Assis pediu a palavra e alertou e reclamou sobre os
119 problemas dos municípios que têm concessões cedidas às empresas de iniciativa
120 privada de fornecimento de água e de tratamento de esgoto. De posse novamente
121 da palavra, o Sr. Assessor Alex prontamente respondeu dizendo que os
122 municípios cadastrados no Protratar serão atendidos nos distritos onde não existe
123 a concessão. O coordenador do SINGREH, Luiz Henrique Pinheiro Silva pediu a
124 palavra e salientou sobre o PAC ser uma “grande janela de oportunidade” para o
125 avanço dos projetos de saneamento básico dos municípios e falou também sobre
126 a preocupação para com a estrutura da agência delegatária para gerenciar
127 investimentos deste porte. O engenheiro Adriano Batista respondeu dizendo que
128 à princípio, para 2024, a ideia é a de simplificar todo o processo, buscando
129 inscritos no PAC que já possuam projetos de saneamento iniciados ou que
130 possuam investimento do governo. O Sr. diretor-presidente, André Marques
131 complementou informando que a agência delegatária, se for o caso, contratará
132 uma empresa para ser a gestora destes processos, resolvendo assim o problema
133 de dimensionamento de estrutura. A palavra foi então passada ao conselheiro
134 Lucas Costa, que enalteceu o trabalho do município de João Monlevade para
135 finalizar seu projeto sanitário para pleitear uma oportunidade de participar do
136 próximo Protratar-Obras. A palavra foi então passada para o conselheiro Victor
137 Dell’orto que ressaltou a expectativa da repactuação do acordo com a Bacia do
138 Rio Doce, no que se refere às questões ligadas ao rompimento da barragem de
139 Fundão, esperandonovos recursos a serem aplicados na bacia. A analista
140 administrativa Juliana Vilela conduziu a reunião para a próxima etapa da pauta,
141 entrando no assunto da Câmara Técnica de Capacitação, Comunicação e
142 Educação Ambiental (CTCEA), que foi reformulada.. Informou-se que houve a
143 primeira reunião dessa nova câmara ampliada, ocasião em que foram



144 apresentadas as estratégias para o início do plano de educação ambiental, que
145 será acompanhado de perto pela analista de programas e projetos da AGEDoce,
146 Luciana Figueiredo. Passou-se então a palavra à analista, que destacou a
147 importância da capacitação dos membros para que estes tenham aptidão para
148 discutir e deliberar sobre temas, como, por exemplo, as outorgas. O especialista
149 em Recursos Hídricos da ANA, Luís Mello, enfatizou a importância da educação
150 ambiental e da capacitação. De posse da palavra, o conselheiro Senisi também
151 enfatizou a importância da capacitação e educação ambiental e que na câmara
152 técnica foram discutidos tópicos importantes e especificados para a região
153 território da bacia e agradeceu o apoio da ANA quanto a esse tema. Chegando à
154 parte final da reunião, a representante da AGEDoce Juliana passou para a última
155 etapa da pauta, que são as ratificações e aprovações das deliberações “*ad*
156 *referendum*”. A primeira foi a deliberação normativa 114, que trata da alteração de
157 nomenclatura, composição e competências da Câmara Técnica de Capacitação e
158 Informação (CTCI), que passa a ser denominada Câmara Técnica de
159 Capacitação, Comunicação e Educação Ambiental (CTCEA). Foi justificada a
160 necessidade de os documentos serem trabalhados em “*ad referendum*”. Devido
161 às grandes demandas e a quantidade de reuniões extraordinárias no período,
162 excepcionalmente, estes documentos precisaram ser implementados em tempo,
163 para depois serem apreciados. A DN 114 além de alterar a nomenclatura da
164 câmara técnica, incorpora às atribuições dela as atividades relacionadas à
165 educação ambiental, bem como o desenvolvimento de Programa de Educação
166 Ambiental. Os comitês dos rios afluentes serão incluídos como convidados
167 permanentes, a fim de reforçar a integração e a participação . O conselheiro do
168 afluente Piracicaba e também membro do CBH-Doce, José Ângelo Paganini pediu
169 a palavra e questionou se a câmara técnica auxiliaria nos programas de educação
170 ambiental dos afluentes. A representante da AGEDoce Juliana explicou que a
171 ideia é que a câmara trabalhe com os recursos federais, mas que trabalhe de
172 forma integrada com os comitês dos afluentes. O conselheiro José Paganini
173 discutiu que esta configuração poderia fazer com que os afluentes tivessem de
174 seguir os ordenamentos do Doce, quando, do ponto de vista dele, deveria haver
175 um dispositivo na DN que priorizasse as necessidades dos comitês afluentes. A
176 analista Juliana sugeriu então a aprovação da DN com a observação feita pelo
177 José Paganini de preservar a autonomia dos afluentes. A segunda Deliberação
178 Normativa colocada para aprovação foi a DN 112 que trata da aprovação da
179 proposta de Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 34/2020 da ANA e a



180 AGEVAP. Como ponto principal do termo aditivo destaca-se a inserção da
181 cláusula décima quarta, que trata da proteção de dados pessoais, da LGPD.
182 Destaca-se também a atualização do Programa de Trabalho, nos indicadores 4, 5
183 e 6, que altera a porcentagem de progressão do desembolso. Essas alterações
184 foram exibidas a todos os presentes na reunião, sendo que o coordenador de
185 Instâncias Colegiadas Luiz Henrique complementou frisando a importância destes
186 ajustes e dizendo que estes são naturais. Outra deliberação apresentada foi a de
187 número 110, que autoriza a utilização de táxi para o deslocamento do conselheiro
188 Senisi de Almeida para participação da 2ª Reunião Ordinária do Colegiado
189 Coordenador do FNCBH. Por fim, apresentou-se a última DN, de número 111, que
190 prorroga o edital de seleção de pessoal que proveu os 4 profissionais
191 responsáveis pelo programa Escola de Projetos. Concluindo, foi passada a
192 palavra para o presidente do CBH Doce, Flaminio, que encerrou a reunião
193 oficialmente agradecendo a presença de todos. A reunião foi transmitida e
194 gravada no YouTube por meio do canal Comitês da Bacia Hidrográfica do rio
195 Doce, e poderá ser acessada na íntegra através do link: [Reunião Extraordinária
196 do CBH-Doce - 31/10/2023 - YouTube](#)

197
198
199
200

(assinado eletronicamente)
FLAMÍNIO GUERRA GUIMARÃES
Presidente do CBH-Doce

